

A EXPANSÃO MARÍTIMA

O Pioneirismo Lusitano

A expansão portuguesa se dá dentro dos quadros gerais do mercantilismo europeu, isto é, dentro da necessidade de expansão internacional dos mercados, dos progressos técnicos, do fascínio das Índias, da formação de monarquias nacionais, na necessidade de romper o monopólio italiano das especiarias. Mas diversas condições peculiares do processo histórico português definem o seu pioneirismo na expansão e a forma que essa expansão assume naquele país.

Por outro lado, o pioneirismo português tem a seu favor o desenvolvimento da técnica da navegação, obtida primeiro graças à prática da pesca e depois aos esforços de elementos ligados à Coroa e ao comércio, para enriquecer esta técnica com contribuições de experimentados navegadores italianos. Mas essa técnica cresceu, ao longo da história lusa, principalmente graças às carências básicas de Portugal no setor agrícola, artesanal e mineral.

A escassez de mão-de-obra agrária, a pobreza da produção de gêneros primários que sempre levou Portugal a buscar parte desses produtos em outras áreas, a inexistência de manufatura e a precariedade alarmante da produção mineral levaram os portugueses para suas costas atlânticas, em busca de pesca e da própria expansão lusa nas costas da África são marcados pelo escambo e pela procura de ouro e de escravos.

Mas o fator fundamental na execução da obra da expansão marítima portuguesa pode ser procurado na sua organização político-econômica. Em Portugal o feudalismo, iniciando-se em uma época em que as relações feudais européias já começavam a se desgastar, teria que assumir uma feição bastante diferenciada. Essa diferenciação levou diversos estudantes de história mais apressados a afirmar que em Portugal nunca houve feudalismo. Mas as relações feudais de servidão existiram realmente, no campo português; apenas as relações entre os senhores e o rei não tiveram forma feudal típica, como as francesas e alemãs. O fato da monarquia de Borgonha se desenvolver em meio às lutas contra os mouros não permitiu que o poder do rei se diluísse como na maior parte da Europa Ocidental.

A Revolução de Aviz

Na segunda metade do século XIV houve tentativas, por parte da nobreza, de diluir ou pelo menos de diminuir o poder real, em um momento em que toda a Europa enfrentava a grande crise do fim da Idade Média. Em

um quadro em que a fome levava os camponeses a atacar castelos e lutar contra as relações servis, o grupo mercantil português, embora fraco e incipiente, percebeu as manobras da nobreza para destruir o estado português e liderou a Revolução de Aviz para impedi-la.

As manobras dos nobres se consubstanciavam na conspiração de D. Leonor Teles, esposa do último rei da dinastia Borgonha, D. Fernando, para entregar o reino luso a Castela. A monarquia castelã era muito senhorial e feudalista, o que fez a maior parte da nobreza apoiar o casamento, preparado por D. Leonor, da filha de D. Fernando com o príncipe de Castela. Assim que morreu D. Fernando, em 1383, estourou a guerra civil. Os burgueses mercantis de Lisboa e do Porto, liderados pelo rico Álvaro Pais e por Nuno Álvares, incitaram a plebe urbana, a "arraia miúda", bem como os camponeses, a tomar armas contra a entrega do reino a Castela. A revolução estourou em defesa do Mestre de Aviz, irmão bastardo de D. Fernando, que passou a ser o forte candidato nacionalista ao trono. Depois que as Cortes de Lisboa, dominadas pela classe média, decidiram coroar o mestre como D. João I, a batalha de Aljubarrota levou as tropas da nobreza luso-castelã à derrota, assegurando a vitória da revolução (1385). A dinastia de Aviz que se inicia tem como característica a centralização cada vez maior do poder real, ao lado de um interesse da Coroa pelo comércio, favorecendo bastante o grupo mercantil. Não se tratou de uma destruição da nobreza territorial, pois as doações de terras posteriores à revolução recriaram essa nobreza, que continuou a desfrutar de grande prestígio. Mas apesar da disputa entre a nobreza e o grupo mercantil, não há dúvida que no século XV este segundo tem uma certa predominância, devido à grande preocupação da Coroa de Aviz com o comércio marítimo. Assim, Portugal no século XV é o primeiro país da Europa a ter um estado centralizado com interesses mercantilista.

AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

Graças às características históricas que lhe asseguraram o papel de pioneiro das grandes navegações (força da burguesia mercantil, desenvolvimento da navegação graças à pesca, carência de mão-de-obra e produção interna, existência de um estado centralizado mercantilista), os lusos já em 1415, sob o reinado de D. João I, iniciam a sua expansão marítima, com a tomada de Ceuta no norte da África. Daí por diante, quer pelas embarcações mandadas para investigar a costa ocidental do continente africano,

quer empreendendo autênticas cruzadas em território do Marrocos, deu Portugal prosseguimento à expansão ultramarina. Seu objetivo histórico que se forma na prática comercial e navegadora, é o comércio com as Índias, mas é na vivência do litoral africano que se desenvolve a técnica de navegação notável dos lusos. A construção de caravelas é produto dessa prática.

O aperfeiçoamento dos meios de navegação não ficou só na técnica de construção: na medida em que a empresa marítima é a meta de governo, traz-se para o reino o que se conhece no mundo a respeito dos mares: o príncipe Infante D. Henrique, encarregado pela Coroa dessa arregimentação, na Europa, de pilotos, principalmente genoveses, cartógrafos, geógrafos, incentiva as discussões e os estudos a respeito da arte de navegar, a tal ponto que as idéias aí desenvolvidas vieram a se constituir em escola, a chamada Escola de Sagres. De posse desses conhecimentos de navegação, o Oceano Atlântico parecia menos tenebroso, aguçando a cobiça e o espírito de aventura.



Cabo de São Vicente na Ponta de Sagres, Portugal. Durante os primeiros anos do século XV, Sagres torna-se um centro de pesquisa náutica, sob a proteção do Infante Dom Henrique. É de lá que partem as caravelas que descobrem o Brasil.

Justiça seja feita, esse espírito de aventura tem sua parcela na explicação do pioneirismo lusitano nos mares. No entanto, ele não é uma criação espontânea do gênio português, mas sim uma decorrência das idéias sociais correntes entre a nobreza portuguesa: formada no ambiente da luta contra os mouros, a nobreza portuguesa, e por extensão muitos componentes da administração real, se arrogava o papel de permanente cruzada contra o infiel. Na época de que nos ocupamos, os muçulmanos haviam sido expulsos de quase toda a península Ibérica menos do reino de

Granada e da ponta do Gibraltar, ao sul. No entanto, ocupavam soberanamente o norte da África, com praças militares e comerciais como Ceuta e infestavam o Mediterrâneo com suas embarcações piratas. Daí a palavra de ordem da nobreza: “meter uma lança em África”, isto é, conquistá-la militarmente. O mercantilismo soube canalizar esse AVENTUREIRO CRUZADISTA, em alguns casos, para a aventura da expansão comercial. Isso deu um caráter dual à expansão portuguesa até 1481, quando a subida de D. João II ao trono assegurou o caráter mercantil.

Por outra parte, o fascínio das Índias em Portugal não deu ouvidos às idéias sobre a redondeza da terra e a possibilidade de alcançar as especiarias indo para o Ocidente. A África era um objetivo fácil e próximo, e, contornando-a, poder-se-ia chegar àquelas cobiçadas riquezas, sem perder de vista a possibilidade de aproveitar o que a África oferecia. Daí o laborioso “périplo africano”, cuja execução se inicia com a já referida tomada da praça de Ceuta, em 1415. Se, devido ao fato dela ter caído em mãos lusas, os mouros desviaram suas rotas de comércio para outro local, logrando os comerciantes portugueses, isto é outra questão. O que importava, é que, a partir de Ceuta, entre as dificuldades, sacrifícios, sucessos e insucessos, a empresa portuguesa de comércio e expansão marítima desvendará os caminhos das costas africanas, e, percorrendo-a, terá a glória de alcançar Calicute antes que qualquer navegador europeu.

A Armada de Cabral

Descoberta a rota para as Índias, tratava-se agora de aproveitar ao máximo o que ela podia oferecer: Vasco da Gama voltara carregado de especiarias, e segundo narrativas de contemporâneos, apenas uma de suas naves trazia quantidade igual ao que entrava anualmente no porto de Gênova. No entanto, era necessário assegurar militarmente a conquista, tendo em mente que muitos príncipes indianos não viam com bons olhos a presença estrangeira, e os piratas mouriscos não perdiam oportunidade de mover guerra ferrenha aos navios portugueses que ameaçavam trazer-lhes uma concorrência vantajosa. Além disso, era necessário assegurar o provimento das especiarias e dos seus canais de circulação, de maneira regular.

É para isso que, lenta e cuidadosamente, D. Manuel preparou a maior e mais bem armada expedição que Portugal já conhecera: o almirante Pedro Álvares Cabral tinha a função expressa de assegurar o domínio português sobre a terra das especiarias.



Desembarque de Pedro de Álvares Cabral no Brasil. Cabral comanda a mais bem equipada frota dos portos ibéricos no século XV. Quer chegar a Calicute nas Índias, e estabelecer um entreposto português. Mas, no dia 22 de abril de 1500, Cabral aporta em terras brasileiras.
Óleo de Oscar Pereira da Silva, museu Paulista da USP.

Resumo Cronológico

- 1415: tomada de Ceuta, cidade marroquina (marco inicial das grandes navegações);
- 1420: Açores e Madeira;
- 1434: Gil Eanes chega ao Cabo Bojador;
- 1435: Cabo Verde;
- 1488: Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança (antes chamado de Cabo das Tormentas);
- 1492: Cristóvão Colombo descobre a América para a Espanha. Chega às Antilhas (ilha do Guanaani);
- 1498: Vasco da Gama chega às Índias (seu itinerário foi: Canárias, Cabo Verde, Moçambique, Mombaça, Melinde e Calicute na Índia);
- 1500: Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil: Porto Seguro;
- 1503: Goa (Índia).

Expansão Marítima Portuguesa



O MERCANTILISMO

Características do Mercantilismo

As principais características do mercantilismo foram:

- o intervencionismo;
- a balança comercial favorável;
- o metalismo;
- o monopólio;
- o protecionismo e o colonialismo.

Por intervencionismo entende-se que o Estado, por meio do rei, deve organizar e dirigir a economia. Atualmente, sabemos que o volume global da produção e das trocas comerciais estão sempre crescendo. Naquela época, acreditava-se que era uma constante.

Dessa forma, uma nação somente poderia aumentar seu comércio internacional se as outras o diminuíssem. Daí a necessidade de um Estado forte, capaz de vencer a competição internacional. Isso explica a agressividade das nações européias naquela época, ainda mais que as trocas no mercado interno eram consideradas improdutivas.

Por isso, a segunda característica do mercantilismo era a balança comercial favorável: procurava-se exportar muito e importar pouco. O saldo monetário passava a representar o êxito da política econômica, enriquecendo a burguesia e tornando o rei mais poderoso.

Logo se estabeleceu a relação entre riqueza nacional e acumulação de moedas. Isso levou à nação ao mercantilismo, ou metalismo, que é a busca desesperado do entesouramento sob a forma de moedas de ouro e prata. A procura por moedas se deu pelo comércio ou pela exploração direta de minas produtoras de metais preciosos, especialmente no Novo Mundo.



Colônia de exploração: índios escravizados pelos espanhóis extraindo prata em Potosi, Peru.

As três últimas características do mercantilismo, o monopólio, o protecionismo e o colonialismo, estavam perfeitamente entrosadas. O intervencionismo estatal levou à prática do monopólio, ou seja, ao direito exclusivo do Estado explorar ou arrendar à alta burguesia, os setores mais rentáveis da atividade econômica. Porém, para garantir o funcionamento do monopólio era necessário adotar um conjunto de medidas protecionistas, de caráter fiscal ou militar. Exemplos: cobrar altas taxas de importação sobre produtos industrializados, para estimular as manufaturas nacionais; organizar uma poderosa marinha de guerra, para proteger as rotas internacionais e garantir o monopólio das companhias de comércio nacionais.

Como as monarquias européias procuravam tirar as mesmas vantagens do comércio internacional, podemos imaginar o grau de agressividade que havia entre elas. Por isso, eram freqüentes as guerras comerciais. A rivalidade entre as nações européias explica a importância do colonialismo, pois era nas colônias que se realizavam plenamente a política intervencionista, o monopólio e o protecionismo, que mantinham a balança comercial favorável e garantiam a entrada de metais preciosos nas metrópoles. O sistema colonial se tornou, portanto, peça-chave da política mercantilista.

TIPOS DE MERCANTILISMO

Metalismo ou bulionismo: (do inglês, bullion = lingote de ouro ou prata) – Praticado pelos espanhóis, baseava-se na idéia de que a riqueza era garantida pela posse de metais preciosos – ouro e prata -, que chegavam em grande quantidade à Espanha, provenientes das minas que haviam em suas colônias americanas. Isso garantia uma balança comercial sempre favorável, apesar das elevadas importações de manufaturas e até mesmo de alimentos que os espanhóis importavam de outros países.

Mercantilismo industrial: praticado pelos franceses. Como a França não tinha minas produtoras de metais preciosos, suas manufaturas desenvolveram produtos de luxo que, vendidos aos espanhóis, asseguravam a entrada de ouro e prata no país.

Mercantilismo comercial: praticado pelos ingleses, baseava-se na compra de mercadorias por preços baixos, para depois vendê-las por preços altos. Isso estimulou a formação de grandes companhias de comércio e a própria indústria de construção naval, que deu origem à hegemonia marítima dos ingleses.

Mercantilismo comercial e industrial: praticado pelos holandeses, procurava desenvolver as atividades comerciais realizadas pelas companhias de comércio que compravam o açúcar, o refinavam e o revendiam com lucros. Foi graças a esses lucros que os holandeses criaram o Banco de Amsterdã, que passou a desenvolver atividades de financiamento.

O Mercantilismo Português e o Sistema Colonial

Os portugueses praticavam todos os tipos de mercantilismo, além de criarem uma forma original: o mercantilismo de plantagem. Enquanto os espanhóis, logo no início do século XVI, encontraram ricas jazidas de ouro e prata nas colônias americanas, os portugueses tinham uma imensa extensão de terra para defender, sem as riquezas metálicas das colônias espanholas.

Os benefícios sociais da exploração colonial não atingiram todas as classes sociais na Europa. Enquanto permanecia baixo o padrão de vida de camponeses e artesãos, os reis engrandeciam o Estado, aumentavam seu poder e enriqueciam a burguesia, que se firmava como classe social e adquiria poder político.

No século XVIII, com o descobrimento de ouro em Minas Gerais, os portugueses passaram a adotar um mercantilismo metalista, como os espanhóis. Mas com a rápida crise da produção aurífera, já nos meados do século XVIII, os portugueses passaram a estimular as atividades industriais em Portugal. Visavam com isso diminuir suas importações e abastecer o mercado brasileiro com suas manufaturas. Portugal entrava assim na fase do mercantilismo industrial. Por isso, a produção de manufaturas foi severamente proibida no Brasil e os laços do sistema colonial tornaram-se mais estreitos ainda.

EXERCÍCIOS

01. O mercantilismo foi uma política aplicada na Europa entre os séculos XV e XVIII, que não beneficiou as camadas mais humildes da sociedade. Justifique essa afirmação.

02. Cite as principais características do mercantilismo.

03. O que é intervencionismo?

04. Por que o colonialismo se tornou a peça-chave da política mercantilista?

05. Por que existiram diferentes tipos de mercantilismo?

06. Portugal praticou todos os tipos de mercantilismo e criou o mercantilismo de plantagem. Em que circunstâncias surgiu esse tipo de mercantilismo e no que se baseava?

07. O que aconteceu no Nordeste brasileiro a partir de 1530, em consequência da aplicação do sistema colonial pelos portugueses? Os brasileiros foram beneficiados ou prejudicados com a iniciativa portuguesa?

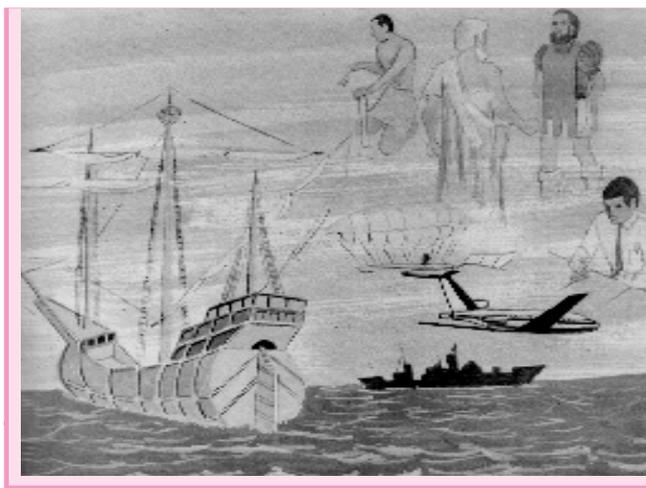
08. O Périplo Africano vem a ser:

- uma técnica de navegação espanhola;
- um ciclo estratégico da Escola de Sagres;
- um tipo de batalha marítima usada em Ceuta;
- a rota marítima utilizada pelos portugueses para chegar às Índias.

09. Uma das características do mercantilismo era:

- a concentração industrial em larga escala nas áreas produtoras de matéria-prima;
- a preocupação de importar mais do que exportar;
- o impulso para a industrialização nas colônias;
- a predominância do controle governamental sobre a economia.

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA COLONIAL NO BRASIL _



O Período Pré-Colonizador

Após a descoberta do novo caminho para as Índias, feita por Vasco da Gama, o comércio das especiarias transformou-se na mais preciosa fonte de riquezas para Portugal. A cidade de Lisboa, sendo a capital deste lucrativo comércio, destacava-se no cenário europeu pela agitada vida econômica. Foi justamente nesta época, quando as atenções portuguesas estavam dominadas pelo comércio oriental das especiarias, que se deu o descobrimento do Brasil. Após as primeiras viagens a estas terras americanas, logo percebeu-se que o Brasil não estava em condições de oferecer **lucros imediatos**. Não dispunha de nenhum produto capaz de superar as lucrativas especiarias do Oriente, tampouco constituía-se em mercado consumidor para os produtos europeus. Por essas razões, o interesse de Portugal em relação ao Brasil, nos primeiros trinta anos, limitou-se ao envio de algumas expedições destinadas ao reconhecimento da terra e à manutenção de sua posse. Esse período é denominado **pré-colonizador**.

As Primeiras Expedições Portuguesas ao Brasil

1501 - Primeira expedição exploradora

Composta por três navios, esta expedição partiu de Lisboa, em maio de 1501. Seu comandante, ao que se sabe, foi o navegador **Gaspar de Lemos**. Participava da tripulação o experiente navegador Florentino Américo Vespúcio, que verificou a existência de grande quantidade de **pau-brasil** em longas faixas do litoral brasileiro. Deu nome aos principais acidentes geográficos que foi encontrando, conforme o santo de cada dia e as festas religiosas comemoradas na época.

Assim, surgiram nomes como Ilha de São Vicente, Cabo de São Roque, Rio São Francisco, Ilha de São Sebastião, etc.

1503 - Segunda expedição exploradora

Composta de seis navios, esta expedição partiu de Lisboa em junho de 1503. Foi comandada por **Gonçalo Coelho**, e também contou com a ajuda de Américo Vespúcio. Essa expedição foi organizada em função de um contrato assinado entre o rei de Portugal e um grupo de comerciantes de Lisboa, dentre os quais se destacava o rico **Fernão de Noronha**.

1516 a 1526 - Expedições guarda-costas

Estas expedições foram organizadas com o objetivo de conter o intenso contrabando de pau-brasil realizado, principalmente, por franceses. Ambas expedições foram comandadas por **Cristóvão Jacques** e tinham, portanto, um caráter basicamente militar, pois sua missão era aprisionar os navios franceses que, sem pagar tributos à Coroa Portuguesa, retirava enormes quantidades de pau-brasil do nosso litoral. O resultado alcançado por estas expedições foi pouco significativo. A grande extensão da costa brasileira tornava impossível policiá-la integralmente e impedir o tráfico dos contrabandistas.

A DECISÃO DE COLONIZAR O BRASIL

O resultado prático das expedições guarda-costas de Cristóvão Jacques foi irrisório, diante das constantes investidas dos contrabandistas estrangeiros. O próprio Cristóvão Jacques, entre outros, sugeriu ao rei de Portugal que a única medida eficiente para garantir a posse da terra e acabar com o contrabando era desenvolver a colonização (ocupação e povoamento). Desta maneira, podemos dizer que a colonização brasileira foi motivada, de início, por preocupações sobretudo políticas: “visava-se, através do povoamento, preservar as posses já então disputadas pelos corsários holandeses, ingleses e franceses”.

Outros fatores de ordem econômica também concorreram para que Portugal resolvesse dar início à colonização do Brasil. O comércio português no Oriente começava a entrar em declínio. As despesas de Portugal com os transportes marítimos e os gastos com a manutenção dos entrepostos orientais foram, com o tempo, desgastando o montante dos lucros originários deste comércio. Desta maneira, Portugal sentiu que precisava buscar novas alternativas comerciais e o Brasil começava a ser visto como opção.

A Expedição de Martim Afonso

Comandada por Martim Afonso de Souza, partiu de Lisboa, em dezembro de 1530, uma expedição composta de cinco navios, com uma tripulação de aproximadamente quatrocentas pessoas. Eram três, basicamente, os seus objetivos no Brasil: combater os franceses, explorar o litoral e iniciar efetivamente a colonização da terra.

Coube a esta expedição fundar a primeira vila do Brasil, a Vila de São Vicente, em 22 de janeiro de 1532, além de outros núcleos de povoamento em Santo André da Borda do Campo e Santo Amaro.



Martim Afonso de Souza. Martim Afonso comanda a primeira expedição colonizadora ao Brasil. Mais tarde é nomeado donatário da capitania de São Vicente, mas não fica no Brasil para administrá-las. Em 1533 é nomeado capitão-mor nas Índias.
Óleo de J.W. Rodrigues. Museu Paulista da USP.

Martim Afonso ainda se encontrava em São Vicente quando, em setembro de 1532, recebeu carta do rei de Portugal, D. João III, comunicando-o de que o território brasileiro seria dividido em extensas faixas de terra: as **Capitanias Hereditárias**.



Fundação de São Vicente

As Capitanias Hereditárias: Implantação e Resultados

O governo português não tinha recursos financeiros próprios para investir no processo de colonização brasileira. Por isso, resolveu implantar um sistema onde esta tarefa fosse transferida para as mãos da iniciativa particular.

Assim, o rei de Portugal dividiu o Brasil em quinze grandes lotes (as Capitanias) e os entregou a pessoas de razoáveis condições financeiras (os donatários).

O donatário era a autoridade máxima dentro de sua Capitania, tendo a responsabilidade de desenvolvê-la com os seus próprios recursos. Com a morte do donatário, a administração da Capitania passava para seus descendentes. Por esse motivo, as Capitanias eram chamadas Capitanias Hereditárias.

Alição jurídica entre o rei de Portugal e os donatários era estabelecida em dois documentos básicos:

Carta de Doação: que conferia ao donatário a posse hereditária da terra;

Carta Foral: que estabelecia os direitos e deveres dos donatários, relativos à exploração da terra.

O sistema de Capitanias não alcançou, do ponto de vista econômico, o sucesso esperado pelos donatários. Somente as Capitanias de Pernambuco e São Vicente alcançaram relativa prosperidade, rendendo lucros com a lavoura canavieira. As demais fracassaram em consequência de várias causas como, por exemplo:

- a falta de dinheiro dos donatários;
- a falta de pessoas para a lavoura;
- o constante ataque das tribos indígenas, legitimamente revoltadas contra a escravidão que o colonizador lhes pretendia impor;
- a dificuldade de comunicação entre as Capitanias e Portugal, decorrente das enormes distâncias e da precariedade dos meios de transporte;
- a pouquíssima participação dos donatários sobre os lucros provenientes da terra que, na época, ainda provinham do pau-brasil; por isso, eles não tinham motivação para prosseguir o seu trabalho administrativo;
- o fato de nem todas as terras serem adequadas à lavoura da cana-de-açúcar, cuja produção interessava ao sistema colonial que estava sendo implantado.

Do ponto de vista político, o sistema de Capitanias cumpriu, de certa maneira, os objetivos desejados. Lançou os fundamentos iniciais da colonização portuguesa no Brasil, preservando a posse das terras e revelando as possibilidades de melhor exploração no futuro.

O governo Geral e as Câmaras Municipais

O isolamento das Capitanias em relação a Portugal foi apontado, na época, como a grande causa responsável pelo insucesso. A Coroa Portuguesa sentiu que era necessário participar diretamente da obra colonizadora, criando na Colônia um Governo centralizado (Governo Geral) encarregado de auxiliar e proteger todas as Capitanias, em nome do rei de Portugal. Note-se, portanto, que o Governo Geral futuramente implantado na colônia tinha como objetivo coordenar a ação dos donatários e não, propriamente, extinguir o sistema de Capitanias existente.

Foi escolhida, como sede do Governo Geral, a Capitania da Bahia, resgatada pelo rei de Portugal do filho de Francisco Pereira Coutinho, o primeiro donatário. A escolha desta Capitania foi motivada por interesses administrativos, pois ela se localizava em um ponto médio do nosso litoral, o que facilitava a comunicação entre as demais Capitanias e a sede central.

Paralelamente à criação do Governo Geral, Portugal solicitou ao Papa que enviasse ao Brasil um bispo para, em nome da Igreja Católica, coordenar os assuntos religiosos da colônia. Atendendo ao pedido do rei, o Papa criou, em 1551, o primeiro bispado do Brasil que teve como representante D. Pero Fernandes Sardinha.

Nesse período administrativo da colônia, foram três os governadores-gerais:



Tomé de Sousa, ajudando a construir a cidade de Salvador.

- Duarte da Costa (1553 a 1558);
- Mem de Sá (1558 a 1572).



Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil.
Óleo de Manoel Vitor Filho.

Na tentativa de aprimorar a administração da Colônia, tendo em vista os lucros derivados do monopólio comercial do açúcar, o rei de Portugal resolveu dividir o governo Geral em dois centros: um ao Norte e outro ao Sul. O do Norte, com sede na cidade de Salvador, ficou a cargo do Conselheiro Luís de Brito de Almeida, que governou de 1573 a 1578. O do Sul, com sede na cidade do Rio de Janeiro, ficou sob a responsabilidade do Desembargador Antônio Salema, que governou de 1574 a 1578. Todavia, em 1578, o rei de Portugal, não satisfeito com os resultados práticos da experiência, decidiu voltar atrás e Salvador tornou-se, novamente, o único centro administrativo do Governo do Brasil. Lourenço da Veiga foi enviado para o Brasil e exerceu o cargo de Governador.

Em 1580, devido aos problemas de sucessão dinástica, Portugal passou a ser governado pelo rei da Espanha, Felipe II. Assim, o Brasil tornou-se parte do vasto reinado espanhol. O domínio espanhol durou até 1640.

EXERCÍCIOS

10. Em termos econômicos, o que dominava a atenção de Portugal, à época em que se deu o descobrimento do Brasil?

11. Por que Portugal dedicou poucas atenções ao Brasil, durante o período pré-colonizador?

12. Qual foi a solução encontrada, do ponto de vista econômico, para se viabilizar o processo de colonização?

13. A ligação jurídica entre o rei de Portugal e os donatários era estabelecida por meio de dois documentos básicos. Cite quais eram estes documentos e a função de cada um.

14. Por que, do ponto de vista político, o sistema de Capitanias cumpriu, em certa medida, os objetivos desejados?

15. Durante a fase pré-colonial de nossa história (1500/30) temos:

- os índios da costa brasileira fornecendo mão-de-obra indispensável para a exploração do pau-brasil, a troca de pagamento de miçangas, espelhos, colares e bugigangas em geral;
- profundo desinteresse da Coroa pelo Brasil, dada a inexistência de um mercado produtor de especiarias;
- entrelpos, corsários, piratas infestando as costas brasileiras com seus barcos de comércio;
- todas as alternativas estão corretas.

16. Os motivos que levam à colonização, em 1530, foram:
- pressão flamenga para a produção do açúcar e necessidade de catequese;
 - a atração pelas minas do Potosi, nos Andes, e invasões holandeses;
 - decadência do comércio asiático português e a pressão francesa no litoral;
 - posição estratégica do Brasil para o comércio com as Índias e o contrabando de Buenos Aires.

A ECONOMIA E A SOCIEDADE AÇUCAREIRA

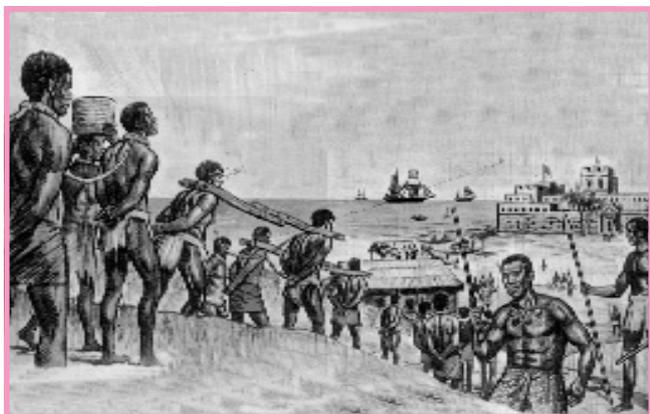
O SISTEMA COLONIAL

A Coroa portuguesa organizou a exploração econômica do Brasil de modo a obter o maior lucro possível. Não encontrando ouro e prata nas terras brasileiras, os portugueses criaram grandes fazendas produtoras de gêneros agrícolas tropicais, pois estes produtos alcançavam bons preços na Europa.

Nos séculos XVI e XVII, grande parte da costa do Brasil foi ocupada com plantações de cana-de-açúcar e tabaco. O açúcar era exportado para Portugal: o fumo era trocado, na África, por escravos negros.

De modo geral, a colonização da América Espanhola e das possessões inglesas, no sul dos Estados Unidos, baseou-se no seguinte esquema:

- formação de grandes propriedades: **latifúndio**;
- especialização da produção: **monocultura**;
- utilização compulsória de negros e índios: **trabalho escravo**.

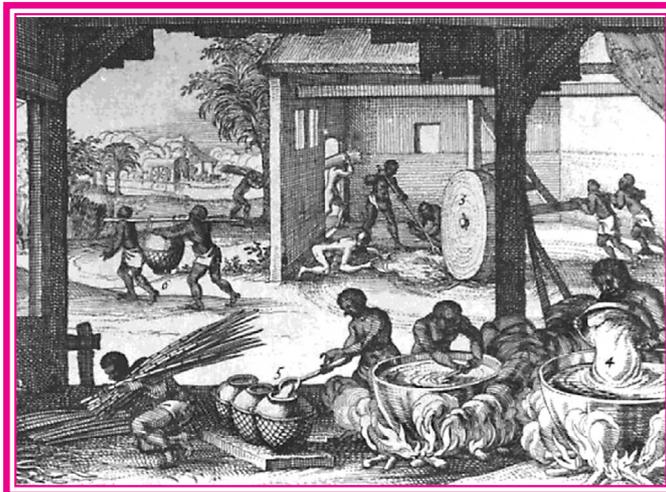


Portanto, na sua origem, a maior parte da população americana era extremamente pobre. Mesmo os latifundiários, embora ricos, dependiam da importação de uma série de artigos europeus, que iam desde simples alimentos até os mais variados equipamentos e manufaturas.

No entanto, este sistema de exploração colonial não foi aplicado no povoamento da costa norte dos Estados Unidos. No século XVII, essa região foi ocupada por famílias inglesas que fugiam de perseguições políticas e religiosas na Inglaterra. Esses colonos vieram para trabalhar na nova terra, produzindo o necessário à sua subsistência em pequenas propriedades rurais. Assim, criaram uma estrutura econômica independente da metrópole inglesa, o que garantiu melhores condições de desenvolvimento.

Os engenhos de açúcar no Brasil

No final do século XV, Portugal implantou o cultivo de cana-de-açúcar nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo-Verde. Desde a fase inicial do empreendimento, os holandeses participaram como financiadores e os escravos africanos como trabalhadores braçais.



Trabalho escravo em engenho de açúcar.

Até o século XVIII, a utilização da mão de obra escrava se limita à faixa litorânea da colônia onde se concentra a exploração do pau-brasil e a produção açucareira. Foto: Reprodução de gravura Holandesa de 1640/Iconographia

A colonização do Brasil representou, portanto, uma ampliação da experiência dos portugueses nas ilhas atlânticas. O primeiro engenho de açúcar do Brasil foi

construído em São Vicente, no ano de 1532. Em 1580, o Brasil já possuía cento e quinze engenhos, espalhados pelo litoral do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco.

Em Pernambuco, a cultura da cana-de-açúcar encontrou condições ideais de desenvolvimento. O clima tropical, o solo fértil, os rios abundantes e a proximidade relativa dos mercados europeus transformaram esta capitania no centro econômico da Colônia.

Foi para os canaviais pernambucanos que se dirigiu a maior parte dos escravos negros que entravam no Brasil. Cerca de 3000 no final do século XVI e aproximadamente 15000 no início do XVII.

Os proprietários das capitanias menos prósperas, que não tinham recursos suficientes para pagar o alto custo dos escravos importados, recorriam à escravização dos índios. Os colonos de São Vicente e Maranhão, por exemplo, especializaram-se na captura dos índios das missões, apesar dos protestos dos jesuítas.

A Organização do Engenho

Inicialmente, no Brasil, chamava-se engenho apenas o conjunto de instalações necessárias à fabricação do açúcar. Com o passar do tempo, entretanto, o termo passou a designar todo o latifúndio açucareiro.

A maior parte das terras dessas extensas propriedades eram ocupadas com canaviais e matas. Havia também um local destinado aos currais. Na unidade açucareira, havia quatro edifícios principais: a casa-grande, a capela, a senzala e o engenho.

A **casa-grande** era a residência do **senhor de engenho**. Tratava-se de uma construção imponente, geralmente decorada com móveis e utensílios importados da Europa.

A **capela** era uma extensão da casa-grande. Simbolizava o papel da Igreja no Novo Mundo, empenhada na conversão dos escravos e índios ao catolicismo.

Na **senzala** viviam os escravos, amontoados e tratados como animais. Não havia alojamentos separados para homens e mulheres. Todos dormiam juntos, pois raramente celebravam-se casamentos entre eles.

Por fim, havia as construções onde se fabricava o açúcar: o **engenho**. A instalação de um engenho exigia muito capital. Geralmente, o dinheiro necessário para esse empreendimento era concedido, sob a forma de empréstimos, pelos banqueiros holandeses e comerciantes portugueses. Os produtores mais modestos, aqueles

que não tinham condições para montar seus próprios engenhos, limitavam-se a fornecer a cana-de-açúcar aos proprietários melhor equipados.

Nos engenhos, a partir da cana-de-açúcar, fabricavam-se também rapadura e aguardente. Esses produtos eram destinados ao consumo local, embora a aguardente fosse usada também no escambo de escravos, nas feitorias portuguesas da África.



Os Canaviais

As Etapas da Fabricação do Açúcar

Depois de cortada, a cana era primeiramente conduzida à casa de moenda, onde era prensada para a obtenção do caldo ou garapa.

A moenda era normalmente construída de madeira. Ao moer a cana, apenas uma parte do caldo era aproveitada, o que resultava em um enorme desperdício de matéria-prima. Além, disso, o bagaço era jogado fora. Nunca era usado como combustível. Para manter o fogo aceso na **casa da fornalha**, onde o caldo de cana era submetido a diferentes cozimentos, usava-se lenha. Cozido, o caldo se transformava em melado, que a seguir, era cristalizado em açúcar e branqueado na **casa de purgar**. Os torrões eram então quebrados e expostos ao sol para secar. Finalmente, o açúcar era embalado em caixotes calafetados com barro e transportado em navios para a Europa.

Todo esse processo de fabricação do açúcar caracterizava-se pela falta de preocupação dos colonos em preservar o meio ambiente. O baixo nível técnico usado nas formações dos canaviais intensificava a depredação ambiental. Para limpar os terrenos, ateuva-se fogo às matas. Não se utilizavam arados e adubos orgânicos. Tampouco praticava-se a rotação de culturas, para manter a fertilidade do solo.

Sem os cuidados necessários, em seis ou sete anos os solos estavam completamente esgotados. Novas áreas da floresta eram então abertas para garantir a expansão dos canaviais. Desta maneira, aos poucos, os colonizadores foram devastando a mata Atlântica, que se estendia ao longo de toda costa brasileira.

A Sociedade Açucareira: Senhores e Escravos

O senhor de engenho era o elemento central da família e da sociedade colonial brasileira.

Dentro de suas propriedades, ele exercia uma autoridade absoluta sobre sua esposa e dependentes.

Nesta sociedade patriarcal, a mulher branca possuía uma função social: gerar filhos. Estes eram criados para suceder o pai na administração da propriedade. Alguns iam para a Europa estudar ou tornavam-se padres.

Mas não eram apenas em sua propriedade que os senhores de engenho exerciam o poder. Nos centros políticos da Colônia, eles eram também a autoridade máxima, orientando a política e a economia em função de seus próprios interesses.

Os escravos eram considerados sem vontade própria. Para serem mais facilmente dominados, eram mantidos na ignorância. Por isso, não recebiam nenhuma educação ou qualquer tipo de assistência.

A submissão dos cativos era mantida basicamente por meio da violência física: os escravos eram espancados ou chicoteados por cometerem faltas sem nenhuma importância. Caso tentassem fugir, eram cruelmente castigados: marcados a ferro quente, mutilados ou torturados até a morte.

Os negros que prestavam serviços na casa-grande (empregados domésticos ou amas-de-leite) eram melhor tratados.

Por causa dos maus-tratos, eram comuns as tentativas de rebelião entre os escravos. A partir do século XV, os escravos que conseguiam fugir das fazendas embrenhavam-se pelas matas e formavam agrupamentos no sertão. Estes grupos de escravos fugidos receberam a denominação de **quilombos**. O mais importante deles, o quilombo dos Palmares, no interior de Alagoas, chegou a reunir trinta mil fugitivos da escravidão, por volta de 1650.



Quilombo dos Palmares. Área de 150 km de comprimento e 50 km de largura, localizada na região serrana entre Pernambuco e Alagoas, que sedia durante cem anos, a partir de 1590 os aldeamentos de escravos evadidos das fazendas do nordeste do país.
Foto: Reprodução de ilustração de Seth de 1938, Iconographia

Na sociedade açucareira existia ainda um pequeno grupo de trabalhadores livres, brancos e mulatos pobres, que prestavam diversos serviços ao senhor de engenho. O **mestre do açúcar**, por exemplo, supervisionava as várias etapas da fabricação, e o feitor era responsável pelo trabalho dos escravos. Havia ainda o **capitão-domato**, caçador dos negros foragidos, além de outros dependentes.

A Pecuária, uma Extensão do Engenho

No século XVI, a criação de gado era uma das atividades desenvolvidas no interior dos latifúndios canavieiros. O objetivo dessa criação era atender às necessidades do engenho.

A gradativa expansão dos canaviais, porém, determinou a separação das duas atividades em áreas distintas. A criação bovina ocupou o sertão nordestino, acompanhando as pastagens naturais e as reservas de sal existentes às margens do rio São Francisco.

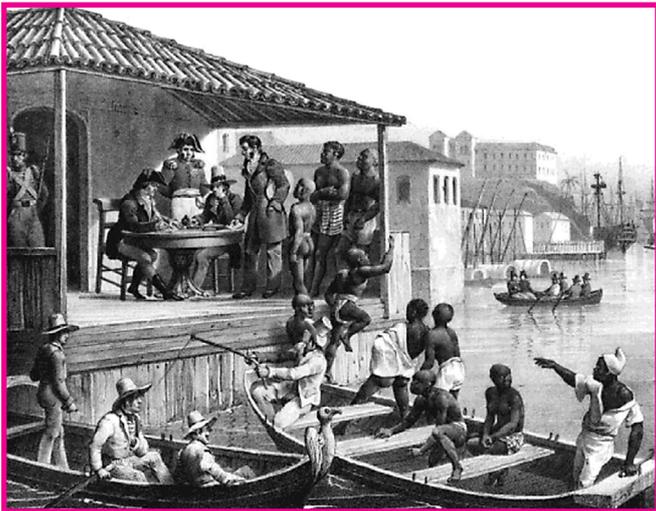
As fazendas de gado foram responsáveis, portanto, pelo povoamento do interior, rompendo na prática os limites territoriais impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Elas abasteciam de carne, leite e couro as povoações do litoral.

A pecuária nordestina promoveu a criação de outro tipo de sociedade, composta por homens livres, mestiços na sua maioria. Mas ainda era a sociedade escravocrata dos engenhos que garantia a rentabilidade da colônia brasileira para o reino português.

O Comércio de Açúcar e Escravos na Economia Mundial

Até a primeira metade do século XVII, Portugal controlava o comércio mundial de açúcar e o tráfico de escravos africanos.

O comércio de escravos era extremamente lucrativo, pois, além do Brasil, ele abastecia com mão-de-obra a grande lavoura da América Espanhola e do sul dos Estados Unidos.



Desembarque de escravos, alfândega do RJ. Os escravos negros trazidos da África para o Brasil, a partir das décadas de 1530 e 1540, são vendidos por traficantes portugueses, em escala crescente, com lucros compensadores.
Foto: Reprodução gravura de Rugendas, 1825/ Iconographia

Por isso, a Igreja em Portugal não se opunha à escravidão negra. Outras nações europeias, como Holanda, França e Inglaterra, também aceitavam o comércio de negros e até lutavam para conquistar o monopólio português do tráfico de escravos no continente africano.

Em meados do século XVII, os holandeses conquistaram efetivamente os principais entrepostos de escravos na África. Chegaram até mesmo a dominar, entre 1637 e 1654, o Nordeste do Brasil.

Mas a crescente participação dos holandeses, franceses e ingleses nos impérios coloniais criados por Portugal e Espanha não alterou as rotas do comércio internacional. Os navios saíam da Europa levando manufaturas para a África e a América.

Retornavam do continente americano carregados de produtos agrícolas tropicais e metais preciosos, extraídos das minas do México e Peru. Da costa africana partiam, carregados de escravos, para as colônias americanas.

Se por um lado esse vasto empreendimento comercial promoveu o enriquecimento da burguesia europeia, por outro foi responsável pela escravização e morte de milhões de negros e indígenas no Novo Mundo.

Os comerciantes de escravos destruíram os reinos africanos da costa ocidental da África, ao promoverem sucessivas guerras entre as tribos nativas. Tática semelhante foi empregada pelos colonizadores para subjugar os índios americanos.

EXERCÍCIOS

17. Como você explica que os maiores lucros do comércio internacional do açúcar ficassem nas mãos dos mercadores europeus (portugueses e holandeses) e não nas mãos dos produtores brasileiros?

18. Em meados do século XVII, o Brasil era o maior exportador mundial de açúcar, enquanto a maioria da sua população permanecia extremamente pobre. Justifique essa aparente contradição.

19. Quais os fatos que justificam o desinteresse de Portugal pelo Brasil de 1500 a 1530?

20. O que foi o período pré-colonial? Quais foram as ocorrências mais importantes desse período?

21. Quais os motivos que levaram Portugal a se interessar pelo Brasil a partir de 1530?

22. Por que o açúcar foi escolhido como o produto chave para o início da colonização do Brasil?

23. Em que medida o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura atendiam aos interesses colonizadores da Metrópole?

24. Por que a colonização do norte dos Estados Unidos possibilitou o maior desenvolvimento econômico da região, em relação ao restante do continente americano?

25. Tanto o plantio da cana, como a fabricação do açúcar no Brasil envolviam um grande desperdício de recursos na produção. Retire do texto um trecho que confirme este enunciado.

26. Descreva a sociedade açucareira do Brasil colonial.

27. Compare o tipo de sociedade criada no sertão nordestino, durante o século XVII, com a existente nos engenhos do litoral.

28. A distribuição da renda da economia canavieira colonial:

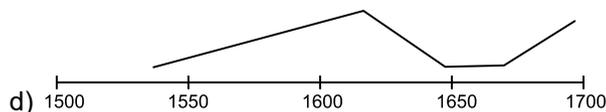
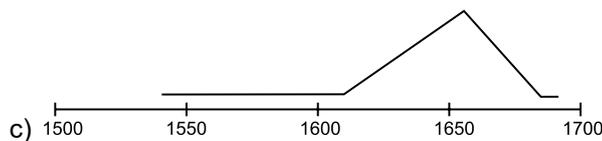
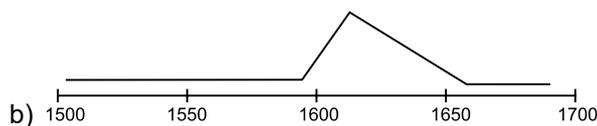
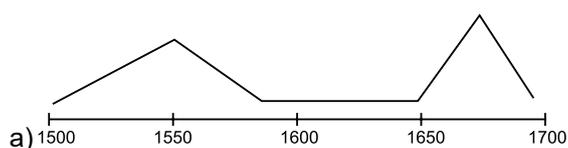
- a) permitiu a criação de um mercado interno representando pelos senhores de engenho, em cujas mãos detinham a maior parte da renda gerada;

- b) encaminhava-se fundamentalmente nas mãos de grupos mercantis estrangeiros que dominavam a comercialização do produto e tinham contribuído no financiamento da montagem da economia açucareira no Brasil;

- c) permitiu a criação de uma classe média (mulatos, filhos que não herdaram terra, artesãos e feitores) imediatamente ligada aos senhores de engenho;

- d) permitiu o acúmulo de grande quantidade de divisas fortes nos engenhos, dado o baixo custo da atividade canavieira.

29. Qual dos gráficos abaixo corresponde à evolução correta do ciclo da cana-de-açúcar, no Brasil colonial?



30. A empresa agrícola açucareira no Brasil colonial foi:

- a) um empreendimento exclusivo do capital lusitano;
- b) basicamente um resultado da grande quantidade de capitais britânicos investidos em territórios coloniais portugueses;
- c) resultado dos grandes investimentos feitos pelo tesouro nacional português nas terras da América;
- d) um empreendimento exclusivo da burguesia comercial portuguesa.

31. A economia colonial, no Brasil, era:

- a) escravista - exportadora;
- b) coletivista;
- c) feudal;
- d) agrária e auto-suficiente.

APOSTILA SCHB1

<https://www.youtube.com/watch?v=eo00jZ7wBZ0>

Prof Oto - HISTÓRIA GERAL - EXPANSÃO MARÍTIMA

https://www.youtube.com/watch?v=XRng6_OCi14

Prof Pedro Ivo - Expansão Marítima: Pioneirismo Português e Motivações - Brasil Escola

<https://www.youtube.com/watch?v=TBI-iFSBn58>

EXPANSÃO MARÍTIMA | QUER QUE DESENHE | DESCOMPLICA

https://www.youtube.com/watch?v=oBUx_WtJx2U

Prof Pedro Ivo - Expansão Marítima: Imaginário e Tratados - Brasil Escola

<https://www.youtube.com/watch?v=IRKBsJI6QBg>

Prof Pedro Ivo - Mercantilismo - Brasil Escola

<https://www.youtube.com/watch?v=-j14ZfyMiVc>

Prof Dimas - História – Mercantilismo

https://www.youtube.com/watch?v=Pw_sBBciJTM

Prof Walter Solla - Mercantilismo | 7 Características Para Entender Tudo!

<https://www.youtube.com/watch?v=33nM1pNEzkw>

Parabólica - HISTÓRIA ILUSTRADA (MERCANTILISMO).

<https://www.youtube.com/watch?v=ouq9tU5DUOc>

Prof Schiavone - História - Aula 01 - Período Colonial Brasileiro

<https://www.youtube.com/watch?v=u14imNiyfPg>

Prof Fabio - Período pré-colonial | Tempo de Estudar | História

<https://www.youtube.com/watch?v=40FGPmCVyaU>

Prof Fabio - Economia canavieira | Tempo de Estudar | História |

<https://www.youtube.com/watch?v=Jc87AkLky3E>

Prof Walter Solla - Período Pré-Colonial (ou A Primeira Sacanagem do Brasil)

<https://www.youtube.com/watch?v=FujdWn0da8E>

Prof Walter Solla - Capitânicas Hereditárias (ou O Dia Em Que Dividiram a P... Toda)

<https://www.youtube.com/watch?v=iMLutystMzE>

Prof Walter Solla - Economia Colonial

https://www.youtube.com/watch?v=Sm7OvC2q_WM

Prof Walter Solla - A Escravidão no Brasil (ou A Maior Cicatriz do Brasil)

<https://www.youtube.com/watch?v=ZKdH9eMcAPQ>

Prof Walter Solla - Administração Colonial

https://www.youtube.com/watch?v=YYh83_Gx7aY

Prof Walter Solla - O Poderoso Senhor de Engenho

<https://www.youtube.com/watch?v=bgjZewg4Nno>

Prof Walter Solla -Sexo na Colônia | React com Planteixo

EXERCICIOS

<https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-expansao-maritima-portuguesa.htm>

<https://www.infoescola.com/historia/expansao-maritima/exercicios/>

<https://suportegeografico77.blogspot.com/2019/07/questoes-sobre-expansao-maritima-i.html>

<https://www.todamateria.com.br/exercicios-brasil-colonial/>

<https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia-do-brasil/exercicios-sobre-colonizacao-no-brasil.htm>

<https://www.mundovestibular.com.br/estudos/historia/brasil-colonia-exercicios-de-historia/>

<https://exerciciosweb.com.br/historia/periodo-colonial-brasileiro-exercicios/>

<https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-historia-brasil/exercicios-sobre-economia-acucareira.htm>

<https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia-do-brasil/exercicios-sobre-empresa-acucareira-na-colonia.htm>

<https://rachacuca.com.br/quiz/192300/exercicios-de-brasil-pre-colonial-i/>

<https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-pau-brasil-na-economia-colonial.htm>